



INTESA SANPAOLO
BRASIL SA

INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

CNPJ nº 55.230.916/0001-20
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os administradores do Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("ISPBR" ou "Banco") submetem ao conhecimento de V.Sas., o Relatório da Administração as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, em moeda nacional ("Reais" ou "R\$"), seguidas do relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, inerentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. As demonstrações financeiras apresentadas atendem na sua íntegra as normas do Banco Central do Brasil ("BACEN") e refletem a estrutura societária do ISPBR nos exercícios. **Evolução dos números:** Em dezembro de 2016 o total de ativos atingiu R\$ 579,21 milhões (R\$ 331,17 milhões em 2015). Os ativos totais do Banco estão representados por operações de crédito no montante de R\$ 421,61 milhões (R\$ 159,31 milhões em 2015) e investimento em títulos públicos classificados como "disponíveis para venda" no montante de

R\$ 50,42 milhões (R\$ 157,65 milhões em 2015). O Banco alcançou lucro no exercício de 2016 de R\$ 12,77 milhões (R\$ 12,31 milhões em 2015). O patrimônio líquido chegou a R\$ 326,91 milhões (R\$ 314,13 milhões em 2015). **Enquadramento das operações aos objetivos estratégicos:** O Banco Central do Brasil concedeu em 08 de maio 2015 a autorização definitiva para o ISPBR iniciar suas operações no Brasil na forma de banco múltiplo com carteira comercial e de investimento, e autorização para realizar operações no mercado de câmbio. O "ISPBR" tem como foco o oferecimento de soluções de crédito e investimentos para clientes pessoas jurídicas. A partir desta data iniciou-se a captura de operações previstas nos objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios entregue ao BACEN, que no início de 2016 foi revisado, através da produção do Plano de Capital, em conformidade com a Resolução nº 4.122/12. Ao

final do exercício findo em dezembro de 2016 constatamos enquadramento ao resultado projetado no cenário base. **Gerenciamento de Risco:** O Banco mantém estruturas que controlam e monitoram os riscos inerentes às suas atividades, em conformidade com as normas emitidas pelo regulador local. Em atendimento ao estabelecido pelo Banco Central do Brasil, as estruturas de gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, gerenciamento de capital e a divulgação das informações requeridas na Circular nº 3.678/13 – Artigo 18 § 3º, estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <http://www.intesasampaolobrasil.com.br>. **Agradecimentos:** O INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. - Banco Múltiplo agradece aos seus colaboradores, clientes e fornecedores pela parceria.

A Diretoria
São Paulo, 15 de março de 2017.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		467.459	69.047	CIRCULANTE		246.357	10.378
Disponibilidades	4	149	94	Depósitos	10	3.320	2.510
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	53.078	6.501	Depósitos a Prazo		3.320	2.510
Aplicações no Mercado Aberto		53.078	6.501				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	52.833	1.293	Obrigações por empréstimos e Repasses	11	195.587	1.083
Carteira Própria		50.416	-	Empréstimos no Exterior		191.714	1.083
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.417	1.293	Repasses do Exterior		3.873	-
Operações de Crédito	7	213.700	57.252	Instrumentos financeiros derivativos	6	4.800	1.212
Operações de Crédito - Setor Privado		214.462	57.371	Instrumentos financeiros derivativos		4.800	1.212
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(762)	(119)				
Outros créditos		147.611	3.907	Outras obrigações		42.650	5.573
Carteira de Câmbio	8.a	146.096	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	12.a	139	237
Rendas a receber	8.b	112	18	Carteira de Câmbio	8.a	34.462	1.245
Diversos	8.c e 8.d	1.480	3.889	Fiscais e previdenciárias	12.b	5.042	2.950
(Provisão para Outros Créditos)	7	(77)	-	Diversas	12.c	3.007	1.141
Outros Valores e Bens		88	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.346	6.347
Despesas Antecipadas		88	-	Depósitos	10	-	1.024
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		109.551	259.369	Depósitos a Prazo		-	1.024
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	-	157.654	Obrigações por empréstimos e Repasses	11	5.346	5.323
Carteira Própria		-	157.654	Repasses do Exterior		5.346	5.323
Operações de Crédito	7	109.551	101.498	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		596	317
Operações de Crédito - Setor Privado		109.790	101.940	Resultados de Exercícios Futuros		596	317
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(239)	(442)				
Outros créditos		-	217	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	326.914	314.130
Diversos	8.c	-	217	Capital Social		306.065	306.065
PERMANENTE		2.203	2.756	Capital de domiciliados no exterior		306.065	306.065
Investimentos		1	1				
CETIP		1	1	Reserva Legal		1.254	616
Imobilizado de uso	9.a	1.518	1.559	Outras Reservas de Lucros		19.603	7.471
Imobilizações de uso		2.025	1.752	Ajustes a valor de mercado - TVM		(8)	(22)
(Depreciações Acumuladas)		(507)	(193)				
Intangível	9.b	684	1.196	TOTAL DO PASSIVO		579.213	331.172
Ativos intangíveis		1.386	1.386				
(Amortização Acumulada)		(702)	(190)				
TOTAL DO ATIVO		579.213	331.172				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 - (Em milhares de reais)

	Ajuste ao valor de mercado - TVM				
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2014	7.091	-	-	(4.226)	2.865
Aumento de capital	298.974	-	-	-	298.974
Ajuste a valor de mercado - TVM's	-	-	(22)	(22)	-
Reserva Legal	-	616	-	(616)	-
Outras Reservas de Lucros	-	7.471	-	(7.471)	-
Lucro do exercício	-	-	-	12.313	12.313
Em 31 de dezembro de 2015	306.065	8.087	(22)	-	314.130
Em 31 de dezembro de 2015	306.065	8.087	(22)	-	314.130
Ajuste a valor de mercado - TVM's	-	-	14	-	14
Reserva Legal	-	639	-	(639)	-
Outras Reservas de Lucros	-	12.131	-	(12.131)	-
Lucro do exercício	-	-	-	12.770	12.770
Em 31 de dezembro de 2016	306.065	20.857	(8)	-	326.914
Em 30 de junho de 2016	306.065	14.514	(7)	-	320.572
Ajuste a valor de mercado - TVM's	-	-	(1)	-	(1)
Reserva Legal	-	317	-	(317)	-
Outras Reservas de Lucros	-	6.026	-	(6.026)	-
Lucro do semestre	-	-	-	6.343	6.343
Em 31 de dezembro de 2016	306.065	20.857	(8)	-	326.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL - O Intesa Sanpaolo Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), é uma instituição financeira privada controlada pelo Intesa Sanpaolo S.p.A., com sede na Itália, e Intesa Sanpaolo Holding International S.A. com sede em Luxemburgo, constituído sobre a forma de banco múltiplo, com objetivo de realização de operações bancárias, dentre as quais as operações no mercado de câmbio, atuando através das carteiras comerciais e de investimento. O Banco foi constituído em 8 de maio de 2015, conforme eventos descritos abaixo: **(a)** Em 11 de abril de 2013, foi celebrado contrato de cessão de ações em que o Credit Agricole CIB France e Credit Agricole Indosuez do Brasil Ltda. se comprometeram a vender a totalidade das ações da Indosuez W.I. Carr Securities (Brazil) DTVM para o Intesa Sanpaolo S.p.A. e Intesa Sanpaolo Holding International S.A., respectivamente. A operação foi finalizada em 24 de abril de 2014. **(b)** A razão social da empresa Indosuez W.I. Carr Securities (Brazil) DTVM foi alterada para Intesa Sanpaolo Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2014 e homologada pelo Banco Central do Brasil em 5 de agosto de 2014. **(c)** Em 7 de agosto de 2014, o Banco Central do Brasil se pronunciou informando que a Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários poderia solicitar inspeção para aprovação de mudança do objeto social para Banco Múltiplo. Em 2 de dezembro de 2014, foi solicitada a inspeção pré operacional da estrutura organizacional implementada na sociedade. **(d)** Em 8 de maio de 2015, o Banco Central do Brasil autorizou as mudanças do objeto e denominação social da Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para os atuais objeto e denominação social.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observando às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, consubstanciadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Bacen, Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas com base nas práticas contábeis acima descritas, compreendendo as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo Bacen. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen: **(a)** CPC 00 - Pronunciamento contábil básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; **(b)** CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **(c)** CPC 02 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; **(d)** CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **(e)** CPC 04 - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; **(f)** CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **(g)** CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11; **(h)** CPC 23 - Registro contábil e evidênciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **(i)** CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; **(j)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos

contingentes - homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09; **(k)** CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; e **(l)** CPC 33 - Benefícios a empregados homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15 de março de 2017.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a. Moeda Funcional - As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. **b. Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas aos resultados pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira. **c. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento e que não estão sujeitas a uma mudança significativa no seu valor de realização. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para desvalorização, quando aplicável. **e. Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: **• Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **• Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste a valor de mercado - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas. **• Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento e para negociação em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **f. Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedg*e ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia derivativos destinados a *hedg*e. **g. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro-rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 - (Em milhares de reais)

	2º		
	Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa de atividades operacionais	9.234	17.461	10.641
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	6.343	12.770	12.313
Depreciações e amortizações	407	826	383
Provisões (Despesas Administrativas, Bônus e PLR)	872	104	1.254
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	293	458	71
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	330	786	561
Ativo Fiscal Diferido	989	2.517	(3.941)
Varição de ativos/obrigações	33.751	29.444	(302.787)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	7.207	107.265	(157.694)
(Aumento) de operações de crédito	(57.048)	(164.940)	(152)
(Aumento) de outros créditos	(54.242)	(146.058)	(159.311)
(Aumento) de outros valores e bens	(8)	(88)	(162)
Aumento (Redução) de depósitos	1.485	(214)	3.534
(Redução) de Relações Interdependências	(1.821)	-	-
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	99.642	194.526	6.406
Aumento de instrumentos financeiros	2.256	2.007	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(2.117)	-
Aumento de outras obrigações	36.020	38.784	4.275
Aumento de resultado de exercícios futuros	260	279	317
Disponibilidades líquidas proveniente aplicadas nas atividades operacionais	42.985	46.905	(292.146)
Fluxo de caixa de atividade de investimentos	(260)	(273)	(1.752)
(Aplicação) no imobilizado de uso	-	-	(1.386)
(Aplicação) no intangível	-	-	-
Disponibilidades líquidas proveniente aplicadas nas atividades de investimentos	(260)	(273)	(3.138)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	-	-	298.974
Aumento de capital	-	-	298.974
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	-	-	298.974
Total dos fluxos de caixa	42.725	46.632	3.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10.502	6.595	2.905
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	53.227	53.227	6.595
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	42.725	46.632	3.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Considera-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). **h. Operações em moeda estrangeira** - As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período. **i. Investimentos** - Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **j. Imobilizado de Uso** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **k. Ativo Intangível** - O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato. **l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. **m. Depósitos e obrigações por empréstimos e repasses** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro-rata* dia. **n. Demais ativos e passivos circulantes** - São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação nas datas dos balanços. **o. Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período entre 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015 e a partir de 01 de setembro de 2015 a 20%, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. A majoração da alíquota aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros contínua

continuação		Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em milhares de reais)										
tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os créditos tributários foram constituídos em 31 de dezembro de 2015 e estão mantidos em 31 de dezembro de 2016, já com base nas alíquotas vigentes. p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais - Referem-se a obrigações derivadas de contratos (por meio de termos explícitos ou implícitos), legislação ou outra ação de lei. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente, independentemente à classificação de risco e atualizado de acordo com a legislação vigente. q. Estimativas contábeis - A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas judiciais e administrativas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de <i>impairment</i> . A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.												
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez. Em 31 de dezembro, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:												
		2016	2015									
Caixa e saldos em bancos		149	94									
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)		53.078	6.501									
Caixa e equivalentes de caixa		53.227	6.595									
5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Em 31 de dezembro, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:												
		2016	2015									
Aplicações no mercado aberto												
Posição Bancada		53.078	6.501									
Letras Financeira do Tesouro - LFT		33.968	-									
Letras do Tesouro Nacional - LTN		19.110	6.501									
Total		53.078	6.501									
Em 31 de dezembro de 2016, o resultado de operações interfinanceiras de liquidez é composto por rendas no montante de R\$ 8.217 (R\$ 1.431 em 2015).												
6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - a) Títulos e valores mobiliários - Em 31 de dezembro, as posições dos títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:												
		2016	2015									
		Valor de	Ajuste a valor de mercado	Valor de	Valor de							
		custo	no PL	mercado	mercado							
Carteira Própria												
Títulos Disponíveis para venda												
Letras Financeiras do												
Tesouro - LFT		50.431	(15)	50.416	157.654							
Total		50.431	(15)	50.416	157.654							
Curto Prazo				50.416	-							
Longo Prazo				-	157.654							
Os Títulos e Valores Mobiliários foram classificados na categoria disponível para venda e estão demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Em 31 de dezembro de 2016, foi apurado um saldo de ajuste negativo no patrimônio líquido, já descontado os efeitos dos impostos, no montante de R\$ 8 (R\$ 22 em 2015) relativos aos títulos disponíveis para a venda. b) Instrumentos financeiros derivativos - Em 31 de dezembro as posições dos instrumentos financeiros derivativos estavam assim compostas:												
i. Por valor de custo e mercado:												
		2016										
		Valor de	Valor a Receber	Valor a Receber	Resultado							
		Referência	Custo	Mercado	Custo	Resultado						
Swap		46.787	-	(2.065)	(2.501)	(6.743)						
Contratos a Termo		75.232	2.034	2.417	(1.967)	(2.299)	5.046					
Total		122.019	2.034	2.417	(4.032)	(4.800)	(1.697)					
		2015										
		Valor de	Valor a Receber	Valor a Receber	Resultado							
		Referência	Custo	Mercado	Custo	Resultado						
Swap		23.772	64	49	(615)	(651)	(583)					
Contratos a Termo		75.971	983	1.244	(423)	(561)	721					
Total		99.743	1.047	1.293	(1.038)	(1.212)	138					
ii. Por vencimento e indexador:												
		2016										
		Por Vencimento		Por Vencimento								
		Valor a Receber	Valor a Receber	Valor a Receber	Valor a Receber							
		Até 3 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total						
Swap		-	-	-	(2.501)	(2.501)						
Indexador		-	-	-	(2.501)	(2.501)						
Contratos a Termo		2.417	2.417	(2.299)	-	(2.299)						
Juros		2.417	2.417	(2.299)	-	(2.299)						
Total		2.417	2.417	(2.299)	(2.501)	(4.800)						
		2015										
		Por Vencimento		Por Vencimento								
		Valor a Receber	Valor a Receber	Valor a Receber	Valor a Receber							
		Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total							
Swap		49	49	(651)	(651)							
Moeda		49	49	-	-							
Juros		-	-	(651)	(651)							
Contratos a Termo		1.244	1.244	(561)	(561)							
Moeda		487	487	(561)	(561)							
Juros		757	757	-	-							
Total		1.293	1.293	(1.212)	(1.212)							
O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações de derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos. Os contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil referem-se a operações de swap e termos de moeda registrados na CETIP S.A. A contabilização é realizada conforme segue: • Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa <i>pro-rata</i> até a data do balanço. O valor justo dos <i>swaps</i> é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado. • Operações de termo de moeda - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.												
7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - As informações da carteira de operações de crédito em 31 de dezembro estavam assim compostas:												
		2016	2015									
a. Por modalidade de crédito:												
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão							
		01.01.2016	31.12.2016	01.01.2015	31.12.2015							
Modalidade de crédito												
Empréstimos		302.378	(789)	158.228	(550)							
Financiamentos		21.874	(212)	1.083	(11)							
Total Empréstimos e Financiamentos		324.252	(1.001)	159.311	(561)							
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 8.a)		97.361	(77)	-	-							
Total Adiantamento sobre contratos de câmbio		97.361	(77)	-	-							
Total		421.613	(1.078)	159.311	(561)							
b. Por nível de risco e prazo de vencimento:												
		2016										
		Empréstimos e Financiamentos										
		Nível de risco	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão				
AA		78.355	24.894	10.195	82.483	195.927	-	-				
A		81.197	8.546	432	6.799	96.974	(485)	-				
B		-	-	722	20.508	21.230	(212)	-				
C		-	10.121	-	-	10.121	(304)	-				
Total		159.552	43.561	11.349	109.790	324.252	(1.001)	-				
		2015										
		Adiantamento sobre contratos de câmbio										
		Nível de risco	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão				
AA		79.985	2.876	-	-	82.861	-	-				
A		8.667	4.859	-	-	13.526	(67)	-				
C		-	974	-	-	974	(10)	-				
Total		88.652	8.709	-	-	97.361	(77)	-				
Total Geral		248.204	52.270	11.349	109.790	421.613	(1.078)	-				
		2015										
		Empréstimos e Financiamentos										
		Nível de risco	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão				
AA		29.720	4.873	10.134	54.314	99.041	-	-				
A		419	1.023	-	6.810	8.252	(41)	-				
B		1.083	-	10.118	40.817	52.018	(520)	-				
Total		31.222	5.896	20.252	101.940	159.311	(561)	-				
c. Por ramo de atividades:												
		2016	2015									
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão							
		01.01.2016	31.12.2016	01.01.2015	31.12.2015							
Ramo de Atividade												
Serviços		178.675	(718)	54.563	(522)							
Comércio		81.534	(111)	34.593	-							
Indústria		161.404	(249)	70.155	(39)							
Total		421.613	(1.078)	159.311	(561)							
d. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução 2.682/99:												
		Saldo em	Saldo em									
		01.01.2016	31.12.2016									
Descrição												
Empréstimos e Financiamentos		561	440	1.001								
Adiantamento sobre contratos de câmbio		-	77	77								
Garantias Prestadas (Nota 12.c)		-	269	269								
Total		561	786	1.347								
		Saldo em	Saldo em									
		01.01.2015	31.12.2015									
Descrição												
Empréstimos e Financiamentos		-	561	561								
Total		-	561	561								
e. Renegociação de contratos - Em 31 de dezembro de 2016 existiam contratos renegociados no valor de R\$18.207 (não houve em 2015). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos <i>ratings</i> das operações anteriormente às renegociações. O Banco não possui créditos baixados para prejuízo em 2016 e 2015.												
8 OUTROS CRÉDITOS												
a. Carteira de Câmbio												
		2016										
Ativo												
Câmbio comprado a liquidar		132.473										
Direitos sobre venda de câmbio		225										
Cambiais em moeda estrangeira		12.852										
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 7.a)		546										
Total		146.096										
Passivo												
Câmbio vendido a liquidar		224										
Obrigações por compra de câmbio		131.053										
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação (Nota 7.a)		(96.815)										
Total		34.462										
b. Rendas a Receber		2016	2015									
Comissão sobre garantias prestadas		111	-									
Comissão sobre confirmação de carta de crédito		1	-									
Comissão sobre reserva de limite de operações de Crédito		-	18									
Total		112	18									
c. Diversos		2016	2015									
Adiantamentos e antecipações salariais		78	108									
Adiantamentos para imobilizações		4	38									
Créditos tributários de impostos e contribuições (d)		1.398	3.959									
Devedores diversos país		-	1									
Total		1.480	4.106									
d. Crédito Tributário - Créditos tributários de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), constituídos com base nas alíquotas vigentes para estes tributos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, calculados sobre os ajustes temporários prejuízos fiscais. No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:												
		Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em							
		01.01.2016	31.12.2016	01.01.2015	31.12.2015							
Descrição												
Imposto de Renda												
Diferenças Temporárias:												
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		140	130	-	270	140						
Provisão para outros passivos		313	-	93	406	313						
Provisão de prejuízo fiscal acumulado		1.736	-	(1.736)	-	1.736						
Ajuste a valor de mercado derivativos		-	97	-	97	-						
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda ⁽¹⁾		10	-	(6)	4	10						
Total		2.199	227	(1.649)	777	2.199						
		Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em							
		01.01.2016	31.12.2016	01.01.2015	31.12.2015							
Descrição												
Contribuição Social												
Diferenças Temporárias:												
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		112	104	-	216	112						
Provisão para outros passivos		251	-	74	325	251						
Provisão de base fiscal negativa		1.389	-	(1.389)	-	1.389						
Ajuste a valor de mercado derivativos		-	77	-	77	-						
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda ⁽¹⁾		8	-	(5)	3	8						
Total		1.760	181	(1.320)	621	1.760						
Total Geral		3.959	408	(2.969)	1.398	3.959						
⁽¹⁾ Ajuste realizado no patrimônio líquido conforme legislação em vigor.												

continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em milhares de reais)**

b. Remuneração do pessoal chave da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício foi de R\$ 3.341 (R\$ 1.557 em 2015) – nota 16.a.

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	23.942	23.942	13.158	13.158
Adições e exclusões temporárias	712	712	1.296	1.296
Adições permanentes	-	-	22	22
Resultado fiscal antes de compensação de prejuízos fiscais	24.654	24.654	14.476	14.476
Compensação com prejuízos fiscais	(7.173)	(7.175)	(4.343)	(4.343)
Base tributável	17.481	17.479	10.133	10.133
Alíquotas	15% e 10%	20% e 15%	15% e 10%	20%
Outras exclusões	(52)	-	-	-
Total - valores correntes	(4.294)	(3.496)	(2.509)	(1.690)
Antecipações	2.244	1.378	1.328	713
Total	(2.050)	(2.118)	(1.181)	(977)
Total - valores correntes	(4.294)	(3.496)	(2.509)	(1.690)
Reversão de provisão anos anteriores	25	16	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(4.269)	(3.480)	(2.509)	(1.690)

Em 31 de dezembro, o Banco possui créditos tributários contabilizados, no montante de R\$ 1.398 (R\$ 3.959 em 2015). (Nota 8c e 8d).

16 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Despesas de pessoal

	2016		2015	
	2º Semestre Exercício	Exercício	2º Semestre Exercício	Exercício
Salários	4.181	8.309	6.155	12.611
Honorários dos Administradores	1.876	3.341	1.557	3.341
Previdência Social	1.068	2.328	1.525	3.328
Benefícios	810	1.583	1.029	1.583
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	284	695	409	695
Treinamentos	12	59	63	59
Total	8.231	16.315	10.738	23.136

b. Outras despesas administrativas

	2016		2015	
	2º Semestre Exercício	Exercício	2º Semestre Exercício	Exercício
Sistemas de processamentos de dados	1.960	3.552	2.126	3.552
Serviços técnicos especializados	904	1.887	2.060	1.887
Aluguel e condomínio	784	1.652	948	1.652
Depreciação e amortização	407	826	384	826
Comunicações	162	389	278	389
Viagens	33	228	221	228
Manutenção e conservação de bens	118	245	170	245
Provisões administrativas	50	108	39	108
Serviços do sistema financeiro	80	154	73	154
Transportes	81	174	77	174
Água e energia elétrica	41	86	63	86
Seguros	52	80	-	80
Relações públicas	71	85	-	85
Outras despesas administrativas	145	201	128	201
Total	4.888	9.667	6.567	9.667

Aos Conselheiros e Diretores do Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Banco Múltiplo São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na audi-

c. Despesas tributárias

	2016		2015	
	2º Semestre Exercício	Exercício	2º Semestre Exercício	Exercício
Municipais	74	133	42	133
Federais	1.306	2.584	2.734	2.584
Total	1.380	2.717	2.776	2.717

17 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - a. Ativos contingentes - Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **b. Passivos contingentes e obrigações legais** - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco não possui nenhuma ação em andamento classificadas como perda provável, possíveis ou obrigação legal.

18 GERENCIAMENTO DE RISCOS - O gerenciamento de riscos das operações é efetuado por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento, incluindo razão de alavancagem, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco e podem ser assim resumidas: **a. Risco de mercado** - O risco de mercado, associado com as perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices, é gerenciado diariamente pelo Departamento de Gerenciamento de Risco & Capital - "DGR", seguindo os limites aprovados pelo Comitê Superior de Risco que são revisados, no mínimo, anualmente. **b. Fatores de risco de mercado** - Os principais fatores de risco de mercado eventualmente presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC e DI e risco cambial. **c. Risco de liquidez** - Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado eventualmente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos (GAP, EVE), adicionalmente são utilizados os indicadores LCR (Liquidity Coverage Ratio) e o NSFR (Net Stable Funding Ratio). **d. Risco operacional** - Definido pela Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil, de 29 de junho de 2006, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. **e. Razão de Alavancagem** - A razão de alavancagem é definida como a razão entre o capital nível I e o total de exposições do Banco. Trata-se de uma medida que complementa o requerimento mínimo de capital, oferecendo uma salvaguarda adicional aos modelos de mensuração de risco existentes, tendo como objetivo evitar a alavancagem excessiva e o consequente aumento do risco sistêmico. As exigências da Circular 3.748 de fevereiro de 2015 passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2015. O Banco adequou seus processos e sistemas e realiza mensalmente o cálculo e acompanhamento da razão de alavancagem.

19 GERENCIAMENTO DE CAPITAL - O Gerenciamento de capital compreende: - Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição face aos limites mínimos de capital; - Plano de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos; e - Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital. A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a Administração quanto à gestão do Banco por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar os riscos incorridos pelo Banco, utilizando simulações de cenários que levam em conta as mudanças nas condições de mercado e as estratégias de negócio. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no

mínimo anualmente pela Administração. O relatório de gerenciamento de riscos contém o detalhamento dos riscos que o Banco está exposto, a avaliação de capital detido e a avaliação da suficiência do capital. Este relatório está disponível no endereço eletrônico do Banco.

20 LIMITES OPERACIONAIS - (a) Índice de Basileia: Com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o Banco Central do Brasil, emitiu, em março de 2013, normas acerca da nova definição de capital e dos requerimentos de capital regulamentar que passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013. Os índices apurados de acordo com as regras vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

	2016	2015
Patrimônio de referência nível I	326.370	313.605
Capital principal	326.370	313.605
Patrimônio de referência (nível I e II)	326.370	313.605
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	759.489	238.658
Parcela de risco de crédito	696.565	203.987
Parcela de risco de mercado	13.685	223
Parcela de risco operacional	49.239	34.448
Patrimônio de referência mínimo para o RWA	74.999	26.252
Margem sobre o PR requerido	251.370	287.353
Rban	4.227	3.616
Margem sobre o PR requerido + Rban	247.143	283.737
Índice de Basileia	43,0%	131,4%
Índice de capital principal	43,0%	131,4%
Índice nível I	43,0%	131,4%
Índice de Basileia amplo (RWA + Rban)	40,9%	115,5%
Índice de imobilização	0,4%	0,5%

(b) Demais limites operacionais: O Banco mantém monitoramento e controles compatíveis com a natureza e complexidade de suas operações e está em conformidade com os limites operacionais em vigor.

21 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - a. Cobranças e riscos em garantias prestadas - Em 31 de dezembro de 2016 o banco possuía o montante de R\$ 147.045, sendo R\$ 1.840 referente a carta de crédito de importação, R\$ 10.252 referente confirmação de carta de crédito de exportação e R\$ 134.953 referente a garantias prestadas. O Banco constituiu R\$ 269 de provisão para devedores duvidosos (nota 12c). **b. Benefícios pós-emprego** - O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego. **c. Transações com pessoal chave da Administração** - Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a: • Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer Diretor, Conselheiro, membro do Conselho Fiscal ou qualquer entidade ou membros da família imediata de tais pessoas físicas; • Qualquer entidade controlada pela instituição; ou • Qualquer entidade da qual a instituição detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social. Na forma regulamentar, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros dos Conselhos de Administração, Fiscal ou seus familiares. **d. Seguro sobre o imobilizado e responsabilidade civil** - O Banco possui contratos de seguros vigentes, em montante julgado suficiente para cobertura de sinistros sobre o imobilizado e responsabilidade civil.

A Diretoria	
Nelson Edgar Leite - Contador - CRC 1SP 220262/O-0	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

toría ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2017

Audidores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4